



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE - PB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

BETÂNIA LUIZA MARIA TEIXEIRA

**O CRESCENTE FENÔMENO DO ABANDONO DAS PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA-PB: O CASO
DOS SÍTIOS BOA VISTA, CHÁ DA BARRA, JUÁ, SERRA GRANDE,
PREGUIÇOSO**

**CAMPINA GRANDE
2017**

Betânia Luiza Maria Teixeira

**O CRESCENTE FENÔMENO DO ABANDONO DAS PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA-PB: O CASO
DOS SÍTIOS BOA VISTA, CHÁ DA BARRA, JUÁ, SERRA GRANDE,
PREGUIÇOSO**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Área de concentração: Humanas

Orientador: Prof. Ms. Hélio de Oliveira Nascimento

**CAMPINA GRANDE
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

T266c Teixeira, Betania Luiza Maria.

O crescente fenômeno do abandono das pequenas propriedades rurais no município de Alagoa Nova-PB: o caso dos Sítios Boa Vista, Chá da Barra, Juá, Serra Grande, Preguiçoso [manuscrito] : / Betania Luiza Maria Teixeira. - 2017.

37 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação : Prof. Me. Hélio de Oliveira Nascimento, Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."

1. Êxodo rural. 2. Agricultura familiar. 3. Criminalidade.

21. ed. CDD 307.24

BETÂNIA LUIZA MARIA TEIXEIRA

O CRESCENTE FENÔMENO DO ABANDONO DAS PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA-PB: O CASO
DOS SÍTIOS BOA VISTA, CHÁ DA BARRA, JUÁ, SERRA GRANDE,
PREGUIÇOSO

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Monografia
apresentada ao curso de Geografia da Universidade
Estadual da Paraíba-UEPB, como requisito para a
obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Área de concentração: Humanas

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Hélio de Oliveira Nascimento
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Orientador)



Prof.ª Dr.ª Joana d'Arc Araújo Ferreira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Examinadora)



Prof. Dr. Agnaldo Barbosa dos Santos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Examinador)

Aos meus amados pais, pela dedicação,
companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças e iluminado o meu caminho ao longo do curso.

Ao professor, orientador Hélio de Oliveira Nascimento, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

À Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a todos os professores do curso, que foram de fundamental relevância para a minha formação acadêmica, que não mediram esforços para ensinar com compromisso e dedicação, fica meu singelo agradecimento, pelos ensinamentos que levarei por toda a vida.

A todos os funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos meus colegas e amigos de curso pelos momentos de amizade e apoio, em especial aos meus amigos Allison Gouveia, Joelma Maria das Chagas, minha turma de graduação, que tornou mais divertida a nossa passagem pela universidade e que contribuíram de alguma forma para a construção desse trabalho.

Aos moradores das comunidades rurais da Boa Vista, Chá da Barra, Juá, Serra grande, Preguiçoso, no município de Alagoa Nova-PB.

A minha família, em especial à minha amada mãe, Luíza Maria Francisco, e meu pai, Vicente Manuel Francisco, pessoas mais importantes da minha vida. Pela compreensão da minha ausência nas reuniões familiares, pelo apoio dado, obrigado.

“Não se pode atribuir unicamente às migrações a pobreza e a violência urbanas, como faz muitas vezes o senso comum. Por outro lado, também não se pode responsabilizar somente a pobreza do campo pelo êxodo rural em massa. A miséria que se espalha pelas cidades e o esvaziamento do campo têm, como se sabe, causas bem mais complexas. Fatores como a crise econômica e o desemprego crescente, as transformações no mundo do trabalho e a precarização de suas relações – entre outros – contribuem decisivamente tanto para o quadro de indigência que se amplia, quanto para os deslocamentos compulsórios da população pobre. (GONÇALVES, 2001, p.173).”

RESUMO

O fenômeno do êxodo rural é comum em todas as civilizações e reconfigura a dinâmica sócio espacial de um lugar. E a força motriz desse fenômeno é basicamente o mesmo, a busca por melhores condições de vida nos centros urbanos. O objetivo desta pesquisa é identificar as causas e consequência do abandono de pequenas propriedades rurais nas comunidades Boa Vista, Chá da Barra, Juá, Serra Grande, e Preguiçoso no município de Alagoa Nova-PB. Fazendo-se uma análise dos reflexos das políticas públicas destinadas à agricultura familiar e mecanização agrícola visto que ambos não estão acessíveis de forma igualitária ao homem simples do campo, combinado a esses fatores entra em cena o aumento dos casos de violência e criminalidade. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo por meio da aplicação de questionário. Consiste em uma pesquisa de caráter quantitativo. Concluiu-se que o abandono das propriedades é motivado não só por questão já conhecida, mas pelo significativo aumento de insegurança proveniente do aumento nos casos de violência e criminalidade na área.

Palavras-Chave: Êxodo rural, Campo, Abandono, Insegurança.

ABSTRACT

The phenomenon of rural exodus is common in all civilizations and reconfigures the socio-spatial dynamics of a place. And the driving force of this phenomenon is basically the same, the search for better living conditions in urban centers. The objective of this research is to identify the causes and consequences of the abandonment of small rural properties in the Boa Vista, Chá Barra, Juá, Serra Grande and Preguiçoso communities in the municipality of Alagoa Nova-PB. An analysis of the effects of public policies aimed at family agriculture and agricultural mechanization, since both are not equally accessible to the simple rural man, combined with these factors, the increase in cases of violence and crime is on the scene. The study was developed based on bibliographical research and field research through the application of a questionnaire. It consists of a quantitative research. It was concluded that the abandonment of properties is motivated not only by an already known issue, but also by the significant increase in insecurity arising from increases in violence and crime in the area.

Keywords: Rural exodus, Countryside, Abandonment, Insecurity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER - Programa de assistência técnica e extensão rural
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
EMATER-PB - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba
EMEPA - Empresa Estadual de Pesquisa e Agropecuária da Paraíba
EMPASA - Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária
INTERPA - Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
ONU - organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PB – Estado da Paraíba
PIVAS - Projeto de Irrigação Várzea de Sousa
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEDAP - Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE ALAGOA NOVA PB.....	12
2.1	Localização Geográfica dos sítios Boa Vista, Chá da Barra, Juá, Serra Grande e Preguiçoso	13
3	O ÊXODO RURAL NO BRASIL.....	14
4	O ÊXODO RURAL NA REGIÃO NORDESTE.....	16
4.1	Êxodo Rural no Município de Alagoa Nova-PB.....	18
5	POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS AO MEIO RURAL.....	21
5.1	Políticas Públicas Estaduais e Municipais.....	24
6	A VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE COM O FATOR PREDOMINANTE PARA O ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA-PB.....	28
7	RESULTADOS E DISCURSÕES	30
8	CONSIDERAÇÕES.....	34
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

O abandono de pequenas propriedades rurais no interior da Paraíba corresponde quase sempre a um reflexo de questões que vão além da simples dinâmica de migração interna dentro de um país, nos últimos anos tem se apresentado como um assunto complexo de múltiplas visões analíticas e ainda em construção. Portanto é relevante realizar uma análise acerca do crescente fenômeno do abandono das pequenas propriedades rurais no município de Alagoa Nova-PB. mais precisamente nas comunidades rurais da Boa vista, chá da Barra, Juá, Serra Grande, e Preguiçoso, por apresentar uma considerável precariedade em recursos e infraestruturas de políticas públicas, como também aumento nos caso de violência e criminalidade.

Em razão do que foi exposto o presente trabalho objetiva diagnosticar causas e consequência que tem levado as famílias abandonar suas propriedades na zona rural e aglomerasse nas periferias do centro urbano. Analisando brevemente o processo de industrialização que ocasionou profundas alterações na distribuição espacial da população brasileira, onde toda a sociedade se reestrutura aos moldes industriais, em seguida entra em cena a questão das políticas públicas destinadas à agricultura familiar e a mecanização agrícola que não atendem satisfatoriamente de forma igualitária. Por fim o aumento da violência e criminalidade no campo. Esses fatores imprimiram novas configurações espaciais no lugar e impulsionaram o deslocamento de várias famílias para cidade.

Quanto aos procedimentos metodológicos considerados na presente pesquisa, temos que esta é de caráter quantiquantitativo, combinando com trabalho de campo na área de estudo, as comunidades rurais, Boa Vista, Chan da Barra, Serra Grande, Juá, e Preguiçoso de Alagoa Nova-PB. foi dividido em três etapas em primeiro momento foram realizadas pesquisas bibliográficas em literaturas como acervos de livros, artigos, revistas e sites. Posteriormente, através de pesquisa de campo, foi aplicado um total de 100 questionários sendo 20 em cada comunidade, aos agricultores residentes, e realizado registro fotográfico. E por último ocorreu análise e processamento dos dados colhido.

Para uma maior compreensão deste trabalho dividimo-lo em cinco partes, na primeira parte tem-se a localização e caracterização geográfica do município de Alagoa Nova-PB. Em seguida há localização Geográfica dos sítios Boa Vista, Chá

da Barra, Juá, Serra Grande e Preguiçoso onde é abordado os principais aspectos elementos naturais do município, na segunda parte compreende a êxodo rural no Brasil, no Nordeste e no município de Alagoa Nova-PB. Sendo discutido o fenômeno do êxodo rural em escala nacional, abarcado o processo de industrialização que reconfigurou toda estrutura socioeconômica do país impulsionando o abandono do campo. Em dimensão regional é possível analisa que o nordeste brasileiro apresenta um déficit na sua estrutura socioeconômica, que propiciam o êxodo rural em quase todos seus Estados, visto que não oferece subsidio suficiente para mante o homem do campo no campo. Já em âmbito local é visível observar que o município de Alagoa Nova-PB. mesmo sendo um recorte pequeno da porção do território, as causa e efeitos desse fenômeno é basicamente o mesmo, no que se refere a estrutura rural.

A terceira parte compreende-se as políticas públicas destinadas ao meio rural, políticas públicas estaduais e municipais, desenvolvidas pelos órgãos responsáveis no auxiliar e promover o desenvolvimento das atividades agrícolas, incorporando insumos a esses agricultores, mas nem sempre conseguem atender as necessidades do trabalhador rural. Na quarta parte é discutindo a violência e criminalidade com o fator predominante para o êxodo rural no município de Alagoa Nova-PB. que com avanço tecnológico tem se expandido atingido diversas áreas, não mais se restringindo aos centros urbanos, associado a essa modernização do campo ocorreu também à difusão de bens de consumo com aparelhos eletrodomésticos. Como o campo é um espaço isolado e geralmente de difícil acesso, tornou-se ambiente propício à prática de roubos e furtos de bens de valor nas comunidades rurais do município.

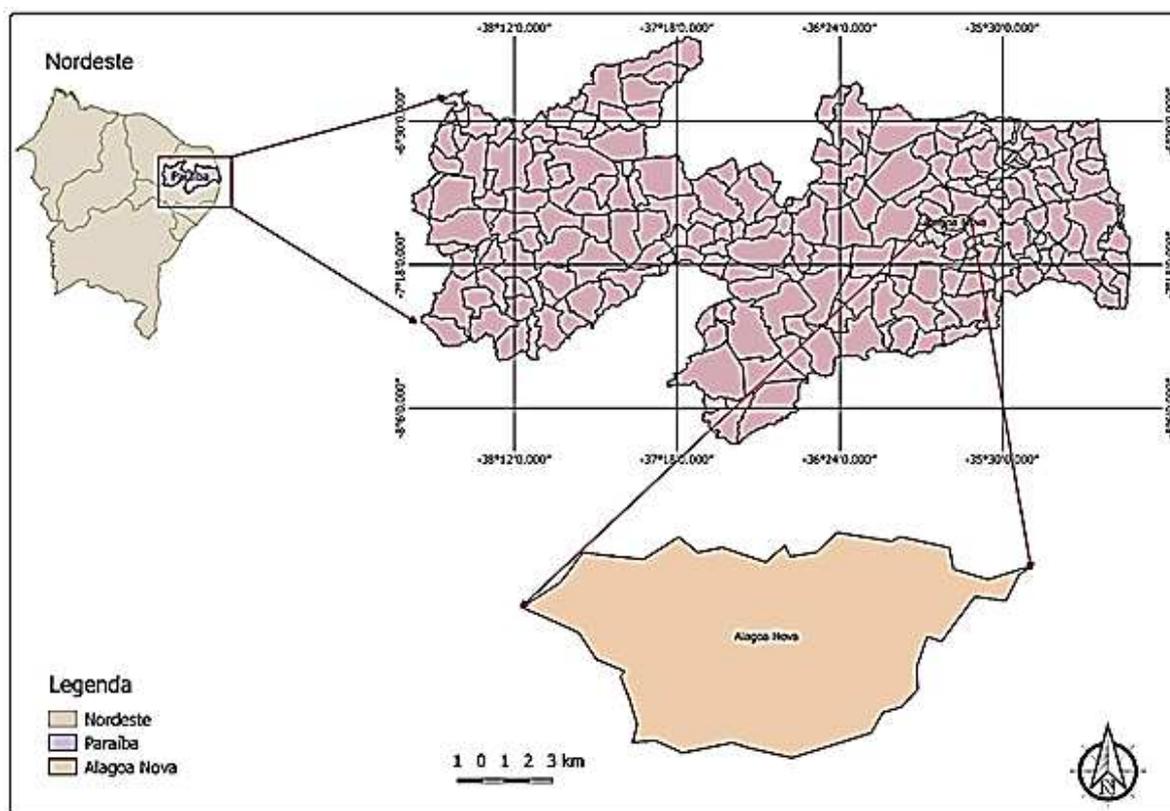
A quinta parte consiste nos resultados e discursões que discutir os elementos abordados no trabalho apoiando-se nas evidencias obtidas pelo questionário. Após análise e discursão pautado no trabalho, é notório que os casos de abandono das propriedades são reflexos de um conjunto de fatores como a busca por melhores condições de vida, políticas públicas que não atende as necessidades dos que estão no campo e o aumento da violência e criminalidade que tem uma porcentagem que contribuem significativamente na ocorrência desse fenômeno, mostrando-se através do fator insegurança.

2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA-PB.

O município de Alagoa Nova-PB. contava com 19.686 habitantes. A densidade demográfica é de 161 habitantes por km² no território do município, está localizado na microrregião Alagoa Nova e na mesorregião do Agreste Paraibano. Sua área compreende 122km² representando 0,2166% do Estado. Segundo censo do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística, (IBGE, 2010).

O acesso ao município pode ser feito a partir da capital, João Pessoa, pelas rodovias BR 239/ BR 104/ PB. Faz fronteira com os municípios de Matinhas, Areia e Esperança. Alagoa Nova se situa a 12 km a Sul-Leste de Esperança a maior cidade nos arredores. Situado a 463 metros de altitude, sua sede tem aproximadamente de 530 metros, apresentando-o as seguintes coordenadas geográficas do município Latitude: 7° 4' 5" Sul Longitude: 35° 45' 40" Oeste. Veja a localização do município de Alagoa Nova na figura 1 a seguir.

Figura 1: Localização do município de Alagoa Nova no Estado da Paraíba-2017



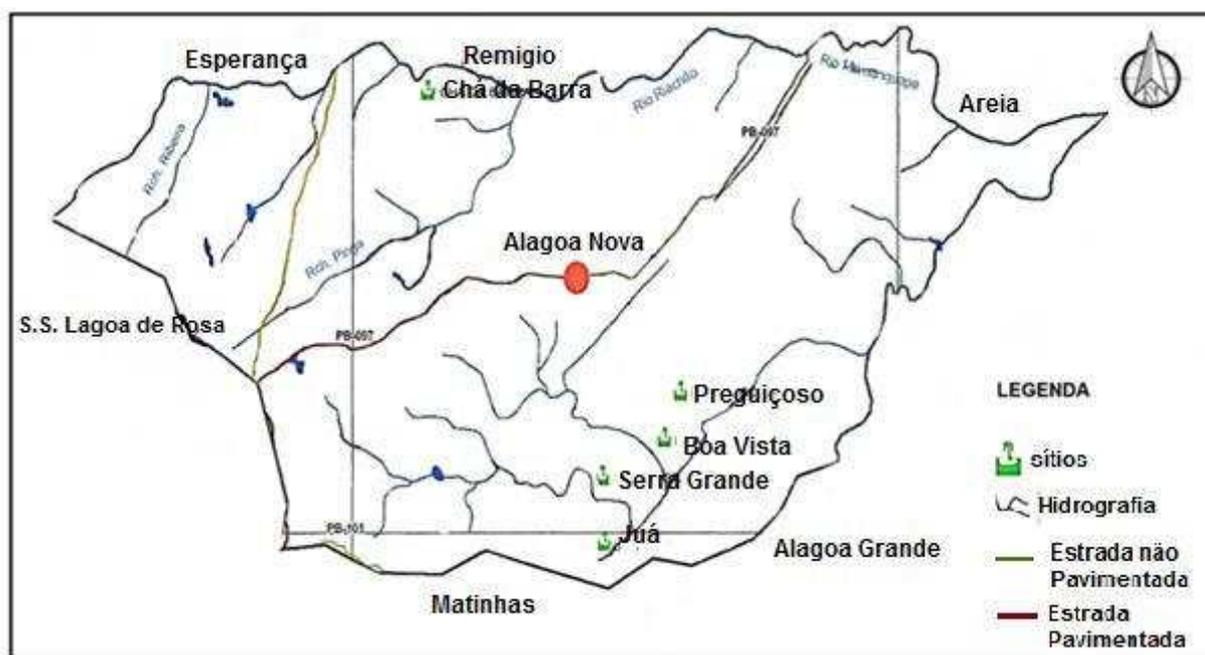
Fonte: AESA, 2008, Projeção: UTM/ Datum SIRGAS 2000, LAB. De Geoprocessamento e SIG-UEPB
Composição: Teixeira, 2016

A vegetação se apresenta densa e de transição típica do agreste, muito rica em sua Biodiversidade formada por floresta subcaducifolia e caducifolia. O clima é característico do brejo de altitude do tipo tropical chuvoso, com verão seco. O município de Alagoa Nova está inserido na unidade geomorfológica do Planalto da Borborema. O município encontra-se inserido na bacia hidrográfica do rio Mamanguape sendo recortado por rios perenes de pequena vazão, mas com grande potencial de água no subsolo.

2.1 Localização Geográfica dos sítios Boa Vista, Chá da Barra, Juá, Serra Grande e Preguiçoso

Campo palco das investigações é no município de Alagoa Nova-PB. mais precisamente nas comunidades rurais, Boa Vista, Chá da Barra, Juá, Serra Grande e Preguiçoso que pode ser visualizado na figura 2 a seguir:

Figura 2: Localização dos Sítios Boa Vista, Chá da Barra, Juá, Preguiçoso, Serra Grande no município de Alagoa Nova PB.- 2017



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoa Nova-PB, Adaptado por Teixeira, 2017

São ao total cinco pontos na figura indicando as localidades dos sítios que foram realizados a pesquisa. O acesso a esses lugares é por meio de estrada de terra, ficando aproximadamente entre uns 6 a 8 km da cidade sede do município. São áreas que desenvolve basicamente a agricultura familiar como atividade

econômica. Sendo notável perda de grande contingente populacional nessas comunidades rurais devido à forte migração para o centro urbano do município e cidades circo vizinhas.

No município a produção agrícola está baseada na agricultura familiar, desempenhando um papel significativo na economia do estado. A prática da agricultura familiar existe a milênio de anos, hoje em dia corresponde a grande diversidade econômica, social e cultural. Mas encontra ameaçada pela falta de incentivos que possam estabelecer condições para que o homem do campo tenha uma maior possibilidade de viver no meio rural, para que não precise abandonar o seu lugar de origem.

3 O ÊXODO RURAL NO BRASIL

O termo êxodo Rural pode ser definido como sendo o deslocamento de pessoas com origem da zona rural com destino aos centros urbanos, esse fenômeno ocorre por diversos fatores, dentro os quais se destacam a mecanização agrícola, a criminalidade no campo, a falta de oportunidade e perspectivas sociais e econômicas, a concentração fundiária ou até mesmo a fuga de desastres naturais, entre outros. Como é colocado por Santos e Silveira (2008, p. 41), “o deslocamento desses milhares de indivíduos para as cidades responde, quase sempre, a uma preocupação pela melhoria das condições de vida”. Esse fenômeno aconteceu com mais intensidade entre os anos de 1960 e 1980 perdendo força no início dos anos 2000.

Durante o século XVIII surgiu na Europa à indústria, esse acontecimento atrai para as metrópoles grande massa de camponeses buscando trabalho e melhores condições de vida, nas cidades e fábricas. No Brasil não foi diferente, no início do século XX ocorre uma acentuada industrialização, acompanhada por uma acelerada urbanização nas cidades da região sudeste, que motivou forte migração interna no país. Segundo Santos (2002, p.42), “A partir da década de 1930, encontra-se no Sul uma indústria importante. São Paulo tornou-se uma grande metrópole industrial, onde estavam presentes todos os tipos de fabricação”. Mostrando que a indústria foi o combustível para desencadear esse fenômeno.

Baseando-se em Alves (2011), um dos maiores exemplos de como essa questão costuma gerar efeitos no processo de produção do espaço pode ser

visualizado quando analisamos a conjuntura do êxodo rural no Brasil. Sua ocorrência foi a grande responsável pela aceleração do processo de urbanização, que aconteceu mais por valores repulsivos do que atrativos, isto é, mais pela saída de pessoas do campo do que pelo grau de atratividade social e financeira das cidades brasileiras. Ocasionalmente na maioria das vezes problemas sociais, pois nem sempre as cidades estão preparadas para absorver tais contingentes populacionais. Resultando em ocupações irregulares em áreas de risco, agravando o quadro de assistência a serviços básicos como saúde, acesso a saneamento, educação entre outros.

O êxodo rural desenfreado não só traz transtornos a cidade, mas ao campo também sendo afetado com a diminuição da população local, prejudicando a produção agrícola, afetando a economia em pequenos municípios. Temos que após o surgimento da indústria no país é constatado um aumento desordenado das cidades e um vazio demográfico na zona rural, Santos coloca que:

Em termos absolutos, a população rural no Brasil diminuiu a partir de 1970. Nesse ano havia mais de 40 milhões, correspondendo a 44,02% do total, ao passo que em 1996 havia cerca de 34 milhões (21,64% do total), uma perda de 6 milhões de habitantes rurais num país que, nesse interregno, aumentou sua população em cerca de 63 milhões. (SANTOS, 2008, p. 211).

Ficando explícito que na época ocorreu uma aceleração do processo de urbanização, marcada fortemente pela saída da população do campo, visando encontrar condições favoráveis na cidade, como emprego nas fábricas, e acesso a melhores condições de vida.

Durante a construção da capital Brasília no final dos anos de 1950 ocorre forte êxodo rural, muitos migrantes vindos do Nordeste e Norte do país, todos com o objetivo de obter emprego, principalmente na construção civil e na indústria. Anos depois ocorre a abertura da economia brasileira para o capital internacional, e inúmeras multinacionais, como montadoras de veículos, são implantadas em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Bernardo do Campo dentre outras. Mantendo o fluxo migratório interno com destino quase sempre a região sudeste.

Esse fenômeno pendurou-se fortemente no decorrer das décadas de 70 e 80. De acordo com Gonçalves (2001), o esvaziamento do campo, embora tenha sofrido certa desaceleração nas duas últimas décadas, permanece ainda intenso e

contínuo, podendo ser considerado como o maior movimento sócio espacial da população brasileira. A migração da região Nordeste para o sudeste persiste com o fluxo mais significativo, mas não podemos esquecer a urbanização nas regiões Norte e Centro-Oeste, bem como nos próprios estados do Nordeste.

4 ÊXODO RURAL NA REGIÃO NORDESTE

A região nordeste tem histórico extenso quando o assunto é êxodo rural. Onde boa parte de sua população rural migrou para cidades com a esperança de encontrar uma vida estável e assegurada, seja nas cidades do Sudeste ou para o Norte do país. Normalmente esse fenômeno é motivado por diversos fatores, seja de caráter econômico, de ordem social, político, cultural ou ambiental, que geralmente interferem na qualidade de vida.

A zona rural do nordeste brasileiro apresenta um quadro de déficit na sua estrutura socioeconômica, que propiciam o êxodo rural em quase todos seus Estados, visto que não oferece subsídio suficiente para manter o homem do campo no campo. Alves e Marra afirma que:

Maiores salários urbanos relativos aos rurais estimulam o êxodo rural. Os seus efeitos são magnificados pelos benefícios que as cidades encerram, em termos de educação, saúde, segurança no trabalho, facilidades de aquisição da casa própria, proteção contra o desemprego e oportunidades diversificadas de emprego e pelo viés antiemprego das leis trabalhistas. Tudo isso exerce forte atração, estimulando o êxodo rural. (ALVES e MARRA, 2009, p. 14).

Enquanto a cidade obtém grandes investimentos por parte dos líderes em todos os aspectos social e econômico o campo fica em segundo plano. Por isso a cidade é vista, por muitos, com o local que concentra maior índice de desenvolvimento econômico técnico-informacional, um ambiente propício a quem quer ter uma qualidade de vida assegurada, com acesso à educação, saúde, opção de emprego. Já os incentivos governamentais para auxiliar a agricultura são ineficientes, muitos agricultores acabam deixando o campo migrando para a cidade buscando garantir o sustento de sua família.

Embora a região Nordeste ainda tenha uma população rural significativa quando comparando a outras regiões, é notável uma redução na população rural nos últimos anos. Como é abordado na pesquisa realizada por Souza e Leite:

A Região Nordeste é aquela que tem a maior população rural, proporcionalmente à população total: 26,87% do total da população estão nas áreas rurais dos municípios. No entanto, na comparação com os dados de 2000, houve uma significativa diminuição da população rural no período, e conseqüente crescimento da população urbana. (SOUZA e LEITE 2012, p. 22).

Na mesma pesquisa é colocado que ao detalhar os dados por município, percebe-se que todo o Nordeste se tornou menos rural na primeira década deste século, caindo de 943 em 2000, 763 em 2010, onde 650 destes 753 municípios rurais houve redução da participação da população municipal. Refletindo sérios problemas estruturais quanto à sustentabilidade dos sistemas de atividade agrícola, que combinado com o clima pouco propício, uma estrutura latifundiária deficiente tem colaborado para manter ainda vivo êxodo rural na região, mesmo que em fluxo menos intenso, porém contínuo.

Com base em Souza (2009), essa modalidade de movimento migratório no Brasil, atinge principalmente os pequenos proprietários que nem sempre conseguem se manter no campo. As transformações ocorridas em escala nacional, regional e local, mostra que o êxodo rural continua vitimando população rural, principalmente no interior do Nordeste, mostrando que as políticas públicas de incentivo à permanência do homem no campo não têm conseguido dinamizar e garantir a sua permanência no meio rural. Conforme destaca Andrade:

Não se pode negar que as políticas governamentais agrícolas são sempre destinadas a beneficiar os grandes e médios empresários, tanto em consequência do poder de pressão e da conivência dos técnicos e administradores que legitimam essa atitude com um discurso que a justifica, como em virtude da defesa da economia de escala e da melhor qualificação tecnológica da grande lavoura. Há uma tendência no país, bastante acentuada após 1964, a uma concentração tanto da produção agrícola como da propriedade da terra. (ANDRADE, 2004, p. 75).

O homem depende da terra para sobreviver e exerce sobre ela ação de poder tanto em relação ao que dela produz como também a subordinação de um homem sobre outro. Saquet (2010, P.108) “Arranjos territoriais não são casualidades, mas desdobramentos de opções que definem os termos do intercâmbio entre seres humanos e base material na qual subsistem e da qual não podem prescindir”. Saquet acrescenta que:

Por sua vez, esses termos possuem vinculação estrita com as relações de poder que afloram na disputa por condições de existência, e que direta ou indiretamente dizem respeito à terra, matriz de todos os bens, convertidos

ou não em mercadorias, a depender do circuito no qual são extraídos, transformados e consumidos. (SAQUET, 2010, p.108).

A terra é ponto de grande especulação e cobiça por apresentar um significativo valor econômico, estando hoje em dia nas mãos dos grandes latifundiários que domina o mercado e estabelece novas relações entre homem e terra, homem e homem, pois à inclusão de tecnologias de ponta muda o convívio do homem com o meio e a substituição da força de trabalho por máquinas no campo transforma relação socioeconômica entre os homens, reconstruindo a dinâmica sócio espacial do lugar.

Nos últimos anos nota-se uma desaceleração no fenômeno do êxodo rural, verificado na segunda metade do século XX, do Nordeste para outras regiões do país. Hoje se encontra mais acentuada a migração do campo para cidades de médio e pequeno porte dentro dos próprios Estados nordestinos.

4.1 Êxodo Rural no Município de Alagoa Nova-PB

Na atualidade as transformações que tem ocorrido em escala nacional a local tem mostrado que o êxodo rural não deixou de atingir as populações rurais, em especial do interior do Nordeste, como é o caso do município de Alagoa Nova-PB. mesmo sendo um recorte pequeno da porção do território, as causas e efeitos desse fenômeno é basicamente a mesma, no que se refere a estrutura rural, saúde, educação, segurança e políticas públicas, o aumento da violência no campo (roubos, furtos e arrombamento), que tem se acentuados nos últimos anos.

A agricultura familiar é sem sombra de dúvida uma atividade de extrema importância para todo o Brasil. Representam uma parcela significativa na economia do país que apesar de ter se desenvolvido e industrializado ainda é uma nação forte na produção e exportação de produtos agrícolas. A produção da agricultura familiar no município não tem como finalidade a exportação, mas ao comércio interno. Pois grande parte do que é consumido na mesa dos alagoa-novenses e nas cidades circunvizinhas são provenientes da agricultura familiar, mas ultimamente vem ocorrendo uma diminuição na quantidade de famílias no campo dedicando-se a essa atividade. Em uma simples análise dos resultados do Censo do IBGE (2010), demonstra que menos de 25% da população da Paraíba vive no meio rural. Ao refletir sobre as

trajetórias e transformações sócioespaciais, motivado do êxodo rural no município, pode-se perceber múltiplas formas. Nessa perspectiva Gonçalves retificar:

Não se pode atribuir unicamente às migrações a pobreza e a violência urbanas, como faz muitas vezes o senso comum. Por outro lado, também não se pode responsabilizar somente a pobreza do campo pelo êxodo rural em massa. A miséria que se espalha pelas cidades e o esvaziamento do campo têm, como se sabe, causas bem mais complexas. Fatores como a crise econômica e o desemprego crescente, as transformações no mundo do trabalho e a precarização de suas relações – entre outros – contribuem decisivamente tanto para o quadro de indigência que se amplia, quanto para os deslocamentos compulsórios da população pobre. (GONÇALVES, 2001, p.173).

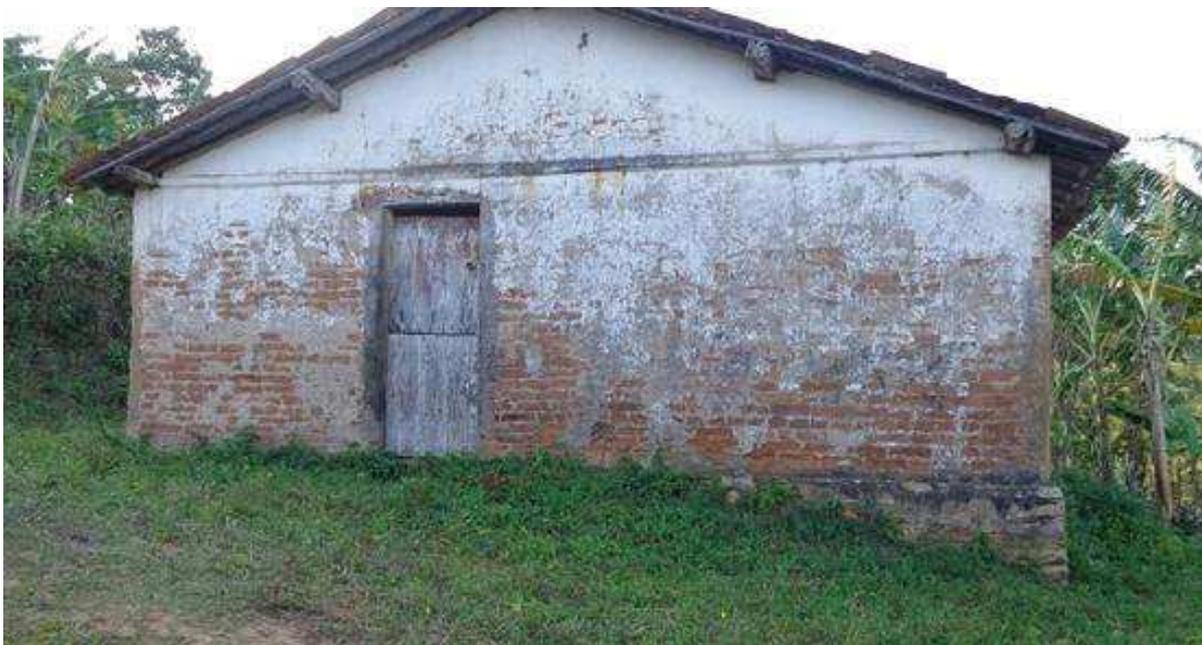
O êxodo rural atinge principalmente os pequenos agricultores da região, que se sentem vulneráveis, no que diz respeito a sua permanência campo, optam por deixar suas casas, seu lugar de origem para busca refúgio na cidade. Veja as figuras 3 e 4 a seguir:

Figura 3: Foto de casa abandonada na comunidade rural de Serra Grande, no município de Alagoa Nova-PB.



Fonte: TEIXEIRA, Betânia Luiza Maria. Pesquisa de Campo, setembro de 2017.

Figura 4: Foto de casa abandonada na comunidade rural de Boa Vista no município de Alagoa Nova-PB.



Fonte: TEIXEIRA, Betânia Luiza Maria. Pesquisa de Campo, setembro de 2017.

Através das figuras expostas percebe-se claramente a saída de famílias que moravam no campo. Muitas vendem suas terras por preços baixos, de modo que não conseguem comprar um local adequado nas cidades e por isso acabam se instalando em áreas com infraestrutura precária. Aumentando as áreas periféricas do núcleo urbano desordenadamente, acarretando uma série de problemas para seus habitantes.

Vários fatores podem ser indicados como potenciais entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar do município, como o atraso tecnológico, dificuldades a acesso a crédito, o aumento da violência no campo (roubos, furtos e arrombamento) que tem se acentuados nos últimos anos, mostrando que esse não é mais um assunto só dos centros urbanos. O grande desafio para o desenvolvimento da agricultura familiar do município é aos poucos promover melhorias em seu sistema produtivo que superem essas limitações. As metas a serem superada é a inclusão da agricultura local em um sistema de produção eficiente e moderno, com acesso a crédito e a assistência técnica básica, sendo possível apenas por meio de políticas públicas eficientes.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS AO MEIO RURAL

A formulação de políticas públicas direcionada ao desenvolvimento da agricultura familiar é um fato recente, até o início da década de 1990 não existiam políticas públicas voltadas a atender os agricultores, mas já existiam políticas públicas que privilegiam os setores mais capitalizados. Só em 1996 é criado O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), que é a primeira política pública diferenciada voltada aos agricultores familiares. Como base em Junqueira, Lima (2008).

Segundo Henig e Santos (2015 p. 258), o ingresso do capitalismo no meio rural brasileiro tem sua acentuação na década de 1960, com o intuito de modernizar tecnológicas na agricultura, o que acarretou, de forma significativa, o desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que os trabalhadores que estão inseridos nesse contexto sofrem com as transformações econômicas, sociais e territoriais, o que obriga esses agricultores a se adaptarem ao novo cenário proposto pelo mercado. É notória que a presença da tecnologia no meio rural tem beneficiado a produtividade intensiva, em contrapartida a agricultura familiar não acompanha o ritmo ficando em desvantagem, sujeitando-se a alternativa secundária seja trabalhando para os grandes produtores ou busca empregos nas cidades.

Como já foi discutido anteriormente o êxodo rural teve maior atuação entre os anos de 1960 a 1980, quando houve grande investimento na indústria e desencadeou uma série de necessidades, como também surgiram novos arranjos sócioespaciais em todo o país. Atualmente o êxodo rural continua fazendo parte da dinâmica social, porém de forma mais branda e os governantes passaram a incluir em seus discursos o investimento no meio rural como forma de subsidiar a permanência do homem no campo. Junqueira e Lima retifica que:

Os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes, que viabilizem estes pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no campo – evitando novos fluxos de êxodo rural – e contribuam para o desenvolvimento regional. (JUNQUEIRA E LIMA, 2008, p.161).

Quando os pequenos produtores se encontram sem perspectiva de vida no campo, principalmente porque há uma carência de investimentos no setor agrário, o

homem do campo acaba sendo obrigado a migrar para a cidade. De acordo com Henig e Santos (2015, p.260), surge nessa perspectiva, às políticas públicas que têm por objetivo primordial fornecer respostas às demandas sociais que se encontram vulneráveis na sociedade, além de fomentar o desenvolvimento, com medidas que gerem emprego e rendas, e serve também como mediador de conflitos entre outros sujeitos sociais que se encontram em desajustes. Ou seja, são ações governamentais que tem como objetivo a promoção de serviços e a regulamentação de atividades socioeconômicas.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA-2013), foram incluídos novos mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos. E em 1988 foi assegurada a universalidade da seguridade social, que é garantir benefícios sociais equivalentes aos dos trabalhadores urbanos. Nesse enredo, surgiu em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), O programa financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária com o objetivo a garantir crédito rural com baixas taxas de juros. Nunes afirma que:

O Pronaf se propõe a fortalecer a agricultura familiar como categoria social, mediante apoio financeiro (financiamento para custeio e investimento de atividades agrícolas), capacitação e apoio à infra-estrutura social e econômica dos territórios rurais fortemente caracterizados pela agricultura familiar. Embora seja um programa de fortalecimento da agricultura familiar, a maior parte de seus esforços e resultados estiveram concentrados no crédito desde a sua criação. Entretanto, cabe destacar que, nos três últimos anos, o governo federal passou a desenvolver novas ações, principalmente na área de comercialização (estoques, compras, garantia de preços mínimos), assistência técnica e extensão rural e seguro agrícola. (NUNES, 2007, p. 2).

De acordo com o órgão (MDA), o governo federal complementa o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O PAA é uma ação do Programa Fome Zero, funcionando como complemento ao PRONAF, uma vez que garante a compra de parte da produção da agricultura familiar. Surgem outros programas como o Programa de assistência técnica e extensão rural (ATER), que leva assistência técnica as propriedades rurais buscando ampliar o conhecimento e tecnologia com a finalidade de aumentar a produtividade. O (PNAE), Programa Nacional de Alimentação Escolar, prevê a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para as

escolas da rede pública. Já o (PNCF), Programa Nacional de Crédito Fundiário, busca facilitar o acesso a terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais e financia a aquisição de imóveis rurais.

Com base Ministério do Desenvolvimento Agrário, os Programas (PRONERA), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e o (PRONATEC), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. O primeiro tem a missão de garantir a alfabetização e educação fundamental, média, superior e profissional de jovens e adultos nas áreas dos assentamentos. E o PRONATEC campo busca qualificar trabalhadores por meio de cursos de educação profissional e tecnológica para jovens e adultos da área rural. É uma parceria entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Educação (MEC). A ação faz parte do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar conta, dentre outros, com o Banco do Nordeste, Banco do Brasil e a Caixa econômica Federal como seus principais agentes financiadores no Nordeste. Operando como órgão executor de políticas públicas, utilizando como fonte de recursos o (FNE) Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Porém boa parte da população rural mais carente não consegue ter acesso a crédito devido à falta de informações, inadimplência e principalmente pela burocracia das instituições financeiras. Castro esclarece que:

Outro entrave para a produção da agricultura no Nordeste é o grande número de agricultores que não conseguem obter crédito nas instituições financeiras para o desenvolvimento de suas atividades produtivas. A inadimplência de alguns agricultores e a burocracia bancária são os principais entraves para a obtenção deste benefício. (CASTRO, 2013, p.85).

Esses programas de políticas públicas citado anteriormente visam beneficiar as necessidades do agricultor familiar, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda no campo. Porém não tem sido medida suficiente para frear o êxodo rural no município de Alagoa Nova-PB.

5.1 Políticas Públicas Estaduais e Municipais

No Estado da Paraíba, segundo a (SEDAP, 2017), Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca, que passou a atuar como um Coletivo da Agricultura tem desenvolvido diversos projetos e ação no âmbito das políticas publica voltada a atender o homem do campo nos últimos anos. Utilizando como base as políticas públicas para agricultura familiar do MDA, também firmado vínculos e parcerias com diversas empresas na busca por melhoras no atendimento a agricultura familiar nos 223 municípios do estado.

Ainda de acordo Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP), que é um órgão da administração do Governo do Estado da Paraíba. Que tem como finalidade formular, coordenar e monitorar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da agricultura e da pecuária. A SEDAP trabalha em sintonia com as instituições governamentais e não governamentais, incentivando o desenvolvimento por meio da interiorização das ações estratégicas implementadas por seus órgãos vinculados: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Empresa Estadual de Pesquisa e Agropecuária da Paraíba (EMEPA); Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (EMPASA); e Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (INTERPA).

A secretaria colocar que foi realizado nos últimos anos ações como a distribuições de sementes, por meio do Programa Estadual de Alimentação Animal, como também distribuição de raquetes de palma forrageira resistente a Cochonilha do carmim; a formação de campos de multiplicação; difusão de tecnologias de alimentação e armazenamento de forragens para o Semi-árido. E executado programas no setor de defesa agropecuária como à prevenção controle e erradicação de pragas animais. Sendo realizada a campanha de vacinação contra a Febre Aftosa, controle e erradicação de Brucelose, Tuberculose e Raiva e outras encefalopatias; como também programas de sanidade Avícola Equídea, Caprinos, Ovinos e Suídea; e Programas de Sanidade de Animais Aquáticos.

Como base na Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca, o Programa Estadual da Defesa Sanitária Vegetal tem como missão a prevenção, monitoramento, controle e erradicação de pragas dos vegetais, ou veiculadas por seus produtos. O programa está focado em algumas culturas de maior

expressão e interesse econômico-social para o Estado são as culturas da banana, citrus, uva, além da cana-de-açúcar e da palma forrageira. O Programa Garantia-Safra é custeado pelos três entes federativos (União, Estado e Municípios) e pelas famílias beneficiárias. Instituído através do PRONAF, busca minimizar os prejuízos dos agricultores em anos de seca, garantindo assistência aos agricultores afetados pela seca que conseqüentemente tenham perdas na lavoura. Já Programa Estadual de Distribuição de Sementes tem o objetivo de assegurar o atendimento da demanda de agricultores familiares. E Projeto de Irrigação Várzea de Sousa (Pivas), é coordenado pela SEDAP visa promover o desenvolvimento da região do Alto Sertão.

Outra intervenção relatada pela secretaria (SEDAP), e Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), é um órgão da ONU (organização das Nações Unidas), que financia projetos de desenvolvimento e apoio à agricultura no mundo. O FIDA tem como objetivo mobilizar e fornecer condições, recursos financeiros suplementares para o desenvolvimento agrícola dos Estados Membros em desenvolvimento. O projeto no Estado da Paraíba abrange 55 cidades, compreendendo cinco microrregiões: Cariri Ocidental e Oriental, Seridó Ocidental e Oriental e o Curimataú Ocidental.

A EMATER-PB é uma Empresa Pública e está vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca. A empresa foi criada em 2006, tem como foco a universalização ao acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural. As principais atividades da EMATER são a DAP' s (declaração de aptidão ao PRONAF) individuais e jurídicas (associações e cooperativas). Apoiando Projetos de Crédito Rural, tem realizado Feiras da Agricultura Familiar e o desenvolvimento da Fruticultura. Já o INTERPA, Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba vinculada à SEDAP, em suas principais atividades é o Programa Nacional de Crédito Fundiário com ações para regularização fundiária firmado convênio MDA/INCRA e certificação de vários títulos georreferenciados.

Porém a precariedade desses investimentos na área agrícola faz com que o homem do campo desanime diante dos inúmeros problemas quem tem de enfrentar. A atividade agrícola na Paraíba é marcada pela luta dos pequenos produtores por uma política agrícola (assistência técnica e creditícia) que lhes garanta o direito não só de permanecer com a terra, como nela produzir e dela retirar o indispensável a sua sobrevivência, são reflexos da contrapartida da forte concentração fundiária que ocorre há anos na região. Com base em (MOREIRA, 1997 p. 278).

A EMEPA, Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S. A, também é uma empresa Pública vinculada à SEDAP. Suas principais ações estão na pesquisa e desenvolvimento de geração e difusão de tecnologias. E projetos na produção e distribuição de sementes e mudas, destinadas a agricultores familiares. Outras ações de destaque da EMEPA foram o controle da mosca-negra da Tangerina, a implantação de embriões melhorados geneticamente nas pequenas criações; Capacitação e organização de produtores para o programa de melhoramento de bovinos leiteiros; Pesquisa de cultivares de uva e banana de maior valor agregado, e uso de placa solar na pequena irrigação e a produção orgânica de frutíferas.

Já a EMPASA, Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas, também vinculada à Secretaria, as principais ações da EMPASA estão o fomento à Piscicultura com o objetivo de contribuir na estruturação da cadeia produtiva do pescado, entres outras ações. É possível nota que todas as empresas anteriormente citadas têm vínculo com a SEDAP, juntas pregam promover o desenvolvimento da agropecuária focando principalmente na agricultura familiar, buscando assegurar o bem-estar desses indivíduos, mas sabe-se que a realidade é outra, de acordo com Henig e Santos, argumentam que:

Percebe-se que essas políticas adotadas no Brasil não vislumbram atender, apenas, ao combate à pobreza rural e à desigualdade, não tendo por objetivo somente a distribuição de renda. E torna-se importante destacar que o reflexo dessas políticas para a economia brasileira tem a nítida intensão de regular e inibir o êxodo rural, que abarrota a periferia das grandes cidades, implicando problemas estruturais da questão urbana, a indústria moderna não tem mais capacidade de empregar todos esses desempregados da cidade, desencadeando problemas sociais que fogem da capacidade do Estado em resolvê-los. (HENIG e SANTOS, 2015, p. 265).

A SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) é um órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional e sediada no Recife, atua nos nove estados do Nordeste e no norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo a instituição tem a missão de promover o desenvolvimento do semiárido, adotando políticas diferenciadas e propondo programas e ações que impulsionem a região, focando na avaliação dos impactos da seca na agricultura familiar e sistema de alertas de risco de colapso parcial ou total de safras.

Segundo a Sudene, atualmente está atuando no planejamento e análise de projetos através do FDNE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste), que é uma

verba orçamentária, para financiar projetos estruturadores. E também define as políticas do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), além dos incentivos fiscais, que podem reduzir imposto de renda, garantir o reinvestimento desse imposto. Uma de sua ação mais recente da SUDENE foi à possibilidade dos agricultores residente na área de sua atuação, atingidos pela seca ou estiagem poderão renegociar os débitos de empréstimos para atividades rurais.

As culturas mais desenvolvidas pela agricultura familiar, no município de Alagoa Nova-PB. é a produção de hortifrutigranjeiros e pequenas criação de animais para consumo próprio e comercialização no próprio comercio local. Segundo a sede da EMATER no município, é disponibilizado a população todos os projetos da base do PRONAF como também têm apoiando desenvolvimento a Fruticultura e auxiliado na concessão de crédito rural. Ainda de acordo com o órgão entre os programas de incentivo à agricultura mais procurada é o Agroamigo, que funciona com micro credito rural, com parcerias do Banco Nordeste e o Banco do Brasil. O Agroamigo é o programa de microfinança rural com juros baixos, que tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico dos agricultores familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Apesar das conquistas e evoluções desses programas nos últimos anos, tem-se ainda uma longa caminhada para universalização ao acesso a crédito e as ações promovidas por esses programas. Representando um avanço histórico na política agrícola, pois pela primeira vez foram construídos organizações e procedimentos que respondem pelo fato do crédito chegar a um número inédito de agricultores familiares, mas, apesar do sucesso dessa política, é inegável a insuficiência do sistema bancário para responder à demanda do público visado pelo Governo. É generalizado o descontentamento com as formas dominantes de intermediação financeira dos recursos do programa (JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p.170).

As políticas públicas de incentivos a permanência do homem no meio rural no município de Alagoa Nova-PB. mostraram-se como tentativas solucionaria, mas não tem conseguido dinamizar com eficiência a permanência do homem do campo. E como nem sempre a cidade oferece boas condições aos imigrantes ocasionou vários problemas sociais, como por exemplos o crescimento desmedido da periferia da cidade, com a formação de habitação irregular etc. Outro fato importante a ser mencionado é uma crescente onda de criminalidade e violência, que atualmente não

tem se restringido ao núcleo urbano do município mais tem se alastrando e vitimado à população da zona rural.

6 A VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE COM O FATOR PREDOMINANTE PARA O ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA-PB.

A sociedade atual vive um momento de grande agitação, reflexo da instabilidade socioeconômica e da desigualdade social, como também da precariedade nos serviços públicos brasileiro. Tais fatos tem gerado uma forte onda de violência e criminalidade em todas as cidades de grande a pequeno porte em todas as regiões do país, não sendo diferente no município de Alagoa Nova-PB. Embora esteja sempre em pauta das discursões que envolve segurança pública, é esquecido de incluir no foco dos debates as áreas mais afastadas dos núcleos urbanos, que é o meio rural. Sendo este cada vez mais vítima das práticas do banditismo, principalmente por estarem despertando no desenvolvimento de novas tecnologias acompanhado pela aquisição bens de valor.

A violência pode ser entendida sobre diversos aspectos, com base em Velho e Alvito (1996), a violência é o expressivo dos conflitos sociais manifestando-se por meio da opressão, abuso da força e da tirania ou pode ser entendida como uma ação de poder em que um exerce sobre outro. São atos muito comuns em centros urbanos, mas não se limita a esse espaço. Atualmente esses atos vêm vitimados às populações do campo, que sem muitas alternativas, tentam encontra apoio nos núcleos urbanos.

Santos (2002, p. 124), afirma que “a cidade, especialmente a cidade grande, é o *locus* de todas essas confrontações, por ser também o lugar essencial do afrontamento das forças desencadeadas no processo violento de mudança.” Entretanto as confrontações, transformações e mudança estão presentes em todos os espaços ocupados pelo homem. O campo que embora não tenha grande densidade demográfica e abundância em bens de valor, como ocorre na cidade, nos últimos anos passou a refletir as nuance-as de um espaço de intensa modernização acompanhado por transformações positivas e negativas, como é o caso de estarem sendo frequentemente noticiado na mídia caso de violência e criminalidade o meio rural.

Na atualidade o avanço tecnológico tem se expandido atingido diversas áreas, não mais se restringindo aos centros urbanos, hoje já é uma realidade comum na zona rural que vai deste maquinário sofisticado a técnica de aprimoramento da produção agrícola. Associado a essa modernização do campo ocorreu também à difusão de bens de consumo com aparelhos celulares e eletrodomésticos. Essas transformações também têm ocorrido nos territórios rurais do município de Alagoa Nova-PB. de forma não tão acentuada ao comparar a municípios que são grandes produtores agrícolas. Todavia é notado que os agricultores da região de certo tempo pra cá passaram consumir bens consumo como eletrodomésticos, eletrônicos, simples maquinários e veículos entre outros, conseqüentemente, em vez dos agricultores serem felizes por estarem tendo acesso a esses produtos o que está ocorrendo é que eles passaram a serem vítimas de ações frequentes de bandidos que aproveitando da facilidade em prática roubos e furtos entre outros atos criminosos na região.

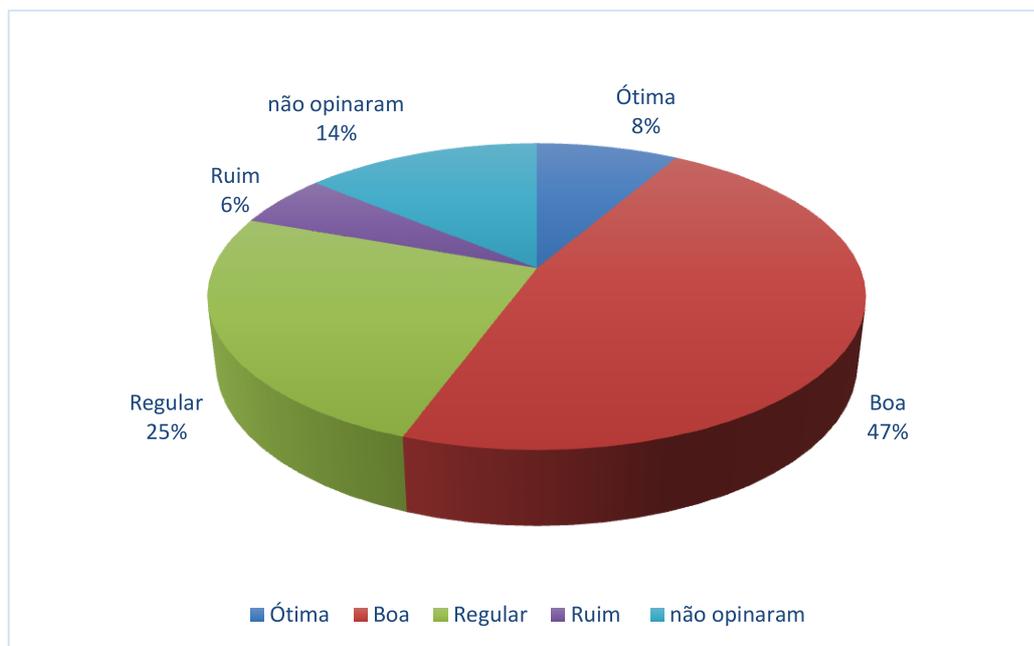
Como a zona rural é um espaço isolado e geralmente de difícil acesso, tanto para quem nele moram como para as autoridades responsáveis, tomou-se ambiente propício a prática de roubos e furtos na zona rural, visto que são áreas que não tem uma guarda ou cobertura policial, além de ser um local que facilita a fuga dos criminosos. Nos últimos anos, roubos de motocicletas, furtos de animais, implementos agrícolas, arrombamentos de casas, assaltos à mão armada, inclusive com assassinatos de agricultores se transformaram em episódios comuns no município. Esses crimes nem sempre são levados ao conhecimento das autoridades, devido receio de retaliação, muitos preferem deixar suas casas e busca refúgio na cidade, por acreditam que estão mais protegidos lá. Tais acontecimentos vêm disseminando um clima de medo, agravando o quadro de migração de agricultores.

A criminalidade está tão crescente nos centros urbanos, pode se dizer que tem migado com grande intensidade para o campo transformando as relações socioculturais do lugar mantidas por décadas pelo homem do campo. Com o passar dos anos as comunidades rurais tem perdido essa imagem de lugar calmo e aos poucos esses arranjos são desfeitos sendo substituída pelo medo e insegurança. Quando os governantes conseguirem enxergar o tamanho do problema, possivelmente os agricultores poderão contar com ações públicas voltada a garantir a segurança da população rural.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de diagnosticar o real motivo do abandono das propriedades rurais nos sítios Boa Vista, Chá da Barra, Juá, Serra Grande e Preguiçoso, no município de Alagoa Nova, foram aplicados 20 questionários com 16 perguntas, aos agricultores em cada comunidade somando um total de 100 agricultores, abordados homens e mulheres com idades entre 19 a 70 anos. Com o questionário foi notável que em todas as comunidades existem associações e boa parte dos indivíduos frequentam as reuniões um total de 56% apenas 44% respondeu que não. Também foram perguntados como eles avaliavam a associação veja no gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Índice de Satisfação dos Associados das Associações Rural dos Sítios de Boa Vista, Chá da Barra, Juá, Serra Grande e Preguiçoso do Município de Alagoa Nova-PB, -2017.



Fonte: TEIXEIRA, Betânia Luiza Maria. Pesquisa de Campo, Maio de 2017.

Dos agricultores abordados 47% afirmaram que avaliam o desempenho da associação com sendo boa, já 8% disseram que é ótima, 25% regular, apenas 6% opinaram ruim e um total de 14% não quiseram responder. O papel da associação é sem dúvida fundamental no apoio de uma comunidade bem integrada que desenvolva e promova os interesses dos agentes nela inseridos. A próxima questão feita foi se eles recebiam auxílio de programas governamentais para melhora de sua produção. Acompanhe o resultado da questão no gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2: Percentual dos Agricultores que Participam dos Programas Sociais Governamentais de Incentivo a Agropecuária – 2017

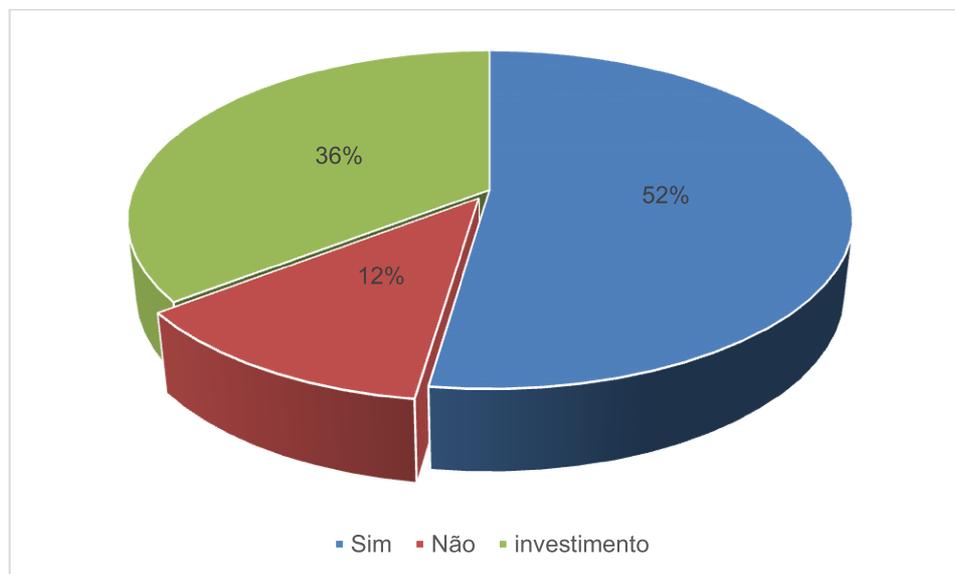


Fonte: TEIXEIRA, Betânia Luiza Maria. Pesquisa de Campo, Maio de 2017.

Através dos dados colhidos em campo foi possível constatar que mais da metade dos agricultores abordados no questionário, 81%, não recebem auxílio de programas governamentais para melhorar de sua produção, onde apenas 14% afirmaram que sim participar de algum programa e apenas 5% não opinaram.

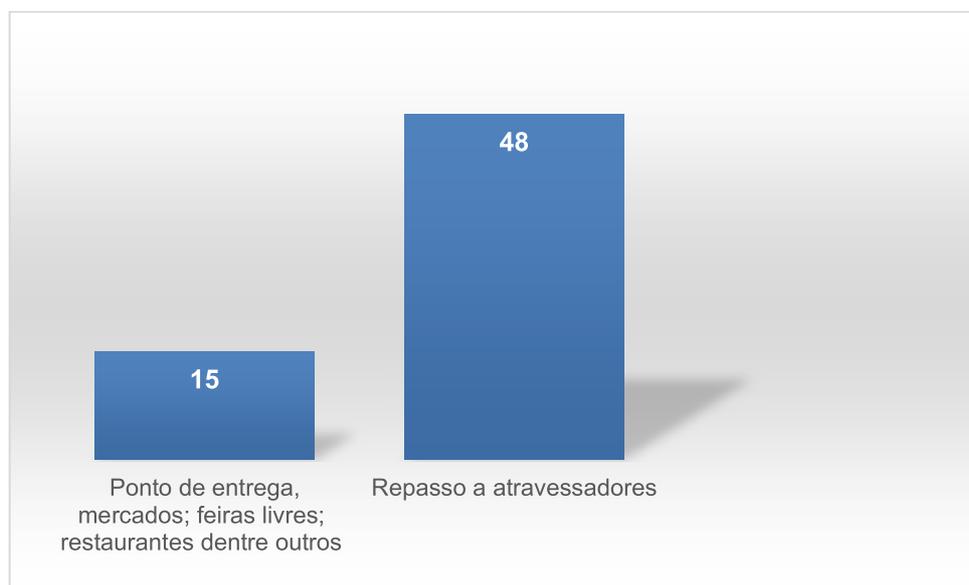
De acordo com a pesquisa, através de questionário, colhemos informações destacando a produção de suas propriedades, como: comercialização, consumo, investimento para as próximas plantações. Também foi perguntado às eles como destinavam o escoamento de sua produção se comercializavam em mercados, feiras livres, restaurantes ou se tinham um ponto de entrega ou comércio próprio. E interrogado com qual frequência a figura do atravessador aparecia em suas propriedades para buscar as mercadorias. O reflexo dessas questões está apresentado nos gráficos 3 e 4 na página seguinte:

Gráfico 3: Percentual de Agricultores que Comercializam sua Produção e Quanto é Investido para Próxima Produção – 2017



Fonte: TEIXEIRA, Betânia Luiza Maria. Pesquisa de Campo, Maio de 2017.

Gráfico 4: Destino do Escoamento da Produção Agropecuária dos Agricultores que Comercializam seus Produtos - 2017



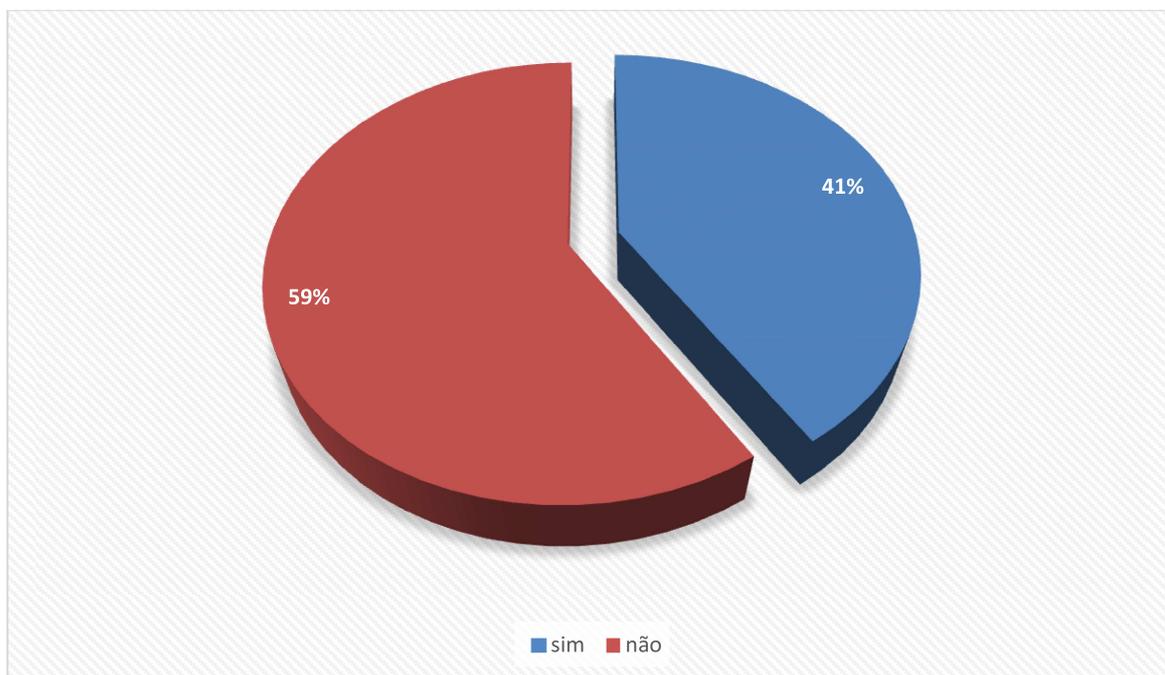
Fonte: TEIXEIRA, Betânia Luiza Maria. Pesquisa de Campo, Maio de 2017.

Por meio da análise dos gráficos anteriormente expostos fica visível que boa parte do que é produzido pelos agricultores da área em estudo é para o comércio um percentual de 52%, já 12% disseram que não comercializam, afirmaram que o que é produzido é apenas para consumo próprio. Um total de 36% é destinado ao investimento da próxima produção. No gráfico do escoamento da produção, a um

total de 48 deles que repassam a atravessadores e 15 tem um ponto de entrega seja em mercados, feiras livres restaurantes ou outro destino dado a sua produção.

Também foi perguntado se já foram vítimas de algum crime como furto; roubo; arrombamento 81% disse que não e 19% afirmaram que já foram vítimas de 1 a 2 vezes de algum crime. Quando perguntado qual crime, os mais citados foram roubo de animais, motocicletas, celulares, aparelhos domésticos ou arrombamento e furto. Mais da metade disseram que o período de 2010 a 2017 foram os que mais tiveram ocorrência de crimes seguido do período de 2005 a 2010 de acordo com a opinião dos entrevistados. Também foi questionado se os crimes que acontecem na comunidade são denunciados 57% alegaram que alguns são levadas e 34% disseram que sim e 9% não. Quando interrogado se achavam que a insegurança e a criminalidade tinham aumentado no seu sítio 86% assinalara que sim e contrapartida 14% afirmaram quem não. Ao perguntar qual a atribuição 43% disseram que eram devido a impunidade seguido 29% disseram que era o desemprego e 14% afirmaram que era por causa da pobreza ou uso de drogas.

Perguntado se sente seguro morando no campo 72% falaram que não e 28% sim. Foi também perguntado conhece alguma família que foi mora na cidade 99% alegaram que sim e apenas 1% não. Quando questionado se sabiam informar motivo que levam essas pessoas a deixarem suas propriedades 75% falaram que sim, alegaram ter sido por causa dos roubos, furtos e pela busca de melhores empregos. Por último foi perguntado pretende permanecer no campo ou mudar-se para cidade, veja em síntese as diferenças reveladas no gráfico 5, na página seguinte: (p. 34)

Gráfico 5: Percentual dos Agricultores que Pretende Permanecer no Campo -2017

Fonte: TEIXEIRA, Betânia Luiza Maria. Pesquisa de Campo, Maio de 2017.

Percebe-se um equilíbrio na porcentagem dos agricultores que pretende permanecer no campo, onde 59% não querem mudar-se, desejam permanecer no campo e 41% sim tem interesse mudar-se para cidade e abandona sua propriedade. Desses 41% que afirmaram querer deixar sua propriedade alegaram motivos de insegurança ou dificuldades para deslocar-se e ter acesso escolas hospitais mercados etc. já alguns indagaram que por questão da idade desejam fica mais próximos posto de assistências básicas.

8 CONSIDERAÇÕES

O intenso processo de êxodo rural ocorrido em meados do século XX é responsável pelo alto grau de urbanização no sudeste do país. Atualmente esse fenômeno quando considerado em escala nacional encontra-se em fase de desaceleração. Tornando-se mais acentuado quando se analisa em escala local, dentro ou entre pequenos municípios, como é o caso do município de Alagoa Nova-PB. que a cada momento aumenta o número de famílias que abandona sua propriedade rural e suas atividades agrícolas para viver na cidade. Motivado quase sempre pela desvalorização do campo, políticas públicas ineficientes e o aumento da violência e criminalidade.

Criar alternativas que propicie a permanência da população no seu lugar de origem, significa diminuir a migração destas para as cidades, que geralmente são atraídos pela expectativa de melhores padrões de vida. Esse deslocamento ocasiona o acúmulo populacional nos núcleos urbanos e contribui na produção de desigualdades sociais. Após análise e discussão pautado no trabalho ficam notáveis que os casos de abandono das propriedades são reflexos de um conjunto de fatores tais como: busca por melhores condições de vida, políticas públicas que não atendem as necessidades dos que estão no campo e o aumento da violência e criminalidade, apresentam porcentagem que contribuem significativamente na ocorrência desse fenômeno. Porém a insegurança tem se mostrado com maior destaque.

Portanto compete às lideranças políticas apresentar meios que coibam a violência e a criminalidade e incentive o bem-estar, fazendo com que o homem do campo não abandone seu lugar de origem. Medidas simples como liberar e facilitar o acesso a crédito rural, uma atuação mais significativa por parte das associações rurais, intermediando o escoamento dos produtos. Como também no investimento de políticas públicas voltada a garantir a segurança da população rural, seja com a criação de uma patrulha rural ou um efetivo voltado a atender exclusivamente os casos de violência no campo, visto que existe certa facilidade na prática de roubos e furtos na zona rural, por ser uma área que não tem uma guarda ou cobertura policial, são ações que certamente mudará positivamente a situação dos agricultores dessas comunidades. Portanto a promoção de um novo cenário no meio rural que abrange atender o social, o econômico, o sustentável, o cultural, e o político mostram-se como o caminho promissor a ser almejado.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do Território no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ALVES, E. MARRA, R. **A persistente Migração rural-urbana**. 2009. Revista de Política Agrícola Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/657206/1/Apersistentemigracao..pdf>> acesso em: 14 mar. 2017.

_____. **Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010**. Revista de Política Agrícola (Embrapa). Ano XX – nº 2 – Abr./Maio/Jun. 2011. pp.80-88.

CASTRO, César Nunes de. **A Agricultura no Nordeste Brasileiro: Oportunidades e Limitações ao Desenvolvimento**. 2013. Disponível em:< http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/140423_boletimregional8_cap8.pdf> acesso em: 21 mar.2017

GONÇALVES, A. Jose. **Migrações Internas: evoluções e desafios**. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a14.pdf>> acesso em: 21 mar. 2017.

GOVERNO DA PARAÍBA. **A Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (Sedap)**. 2017. Disponível em: < <http://paraiba.pb.gov.br/agropecuaria-e-pesca/programas-e-acoes>> acesso em: 24 set. 2017.

HENIG, E. V.; e SANTOS I. Â. dos. **Políticas públicas Agricultura Familiar e Cidadania no Brasil: O Caso do PRONAF**. 2015. Revista Brasileira de políticas públicas, (Online), Brasília, vol.6. Nº 1, 2016 pp. 255-270, JAN/JUL. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo da população, 2010**. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 14 fev.2017.

JUNQUEIRA C. P.; LIMA, J. F. de. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**. 2008. Disponível em:< [file:///C:/Users/Andreia%20Luza/Downloads/5469-19789-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Andreia%20Luza/Downloads/5469-19789-1-PB%20(2).pdf)> Acesso em: 21 mar. 2017 Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, n. 2, pp. 159-176, jul./dez. 2008.

MOREIRA Emília; TARGINO Ivan (org.), **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**, 1ª ed. Paraíba: Editora Universitária UFPB, 1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR**, out. 2013. disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf> acesso em: 24 Mar. 2017

NUNES, Sidemar Presotto. Deser Boletim Eletrônico Conjuntura Agrícola. **O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar**, Departamento de estudos sócio-econômicos rurais, n. 156, Fev., 2007. Disponível em: < <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Pronaf.pdf> > Acesso em: 23 out. 2017

SANTOS, Milton; SILVEIRA, L. M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10ª ed. Rio Janeiro: Record, 2008. 473.p

SANTOS, Milton; Wagner C. R. (Org.). **O País Distorcido: o Brasil, a Globalização e a Cidadania**, org.. 1. ed. São Paulo, Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2006.(Coleção Milton Santos; 1). 259 p.

SAQUET, M. A.; SANTOS, Alves dos (org.). **Geografia agrária, Território e Desenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

SOUSA, R. B. de. **Perfil da Produção Familiar Rural na Paraíba**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-29. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Sousa_RB.pdf > acesso em: 14 Fev. 2017

SOUZA, K. L. de.; LEITE, J. C. F. **O Novo Perfil do Nordeste Brasileiro no Censo Demográfico 2010 (Versão preliminar: normalização e diagramação em execução)**. 2012. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/novo_perfil_nordeste_brasileiro_Censo_demografico2010.pdf/34cfcc2e-1048-4dc1-934246b13eda208b> acesso em: 17 mar. 2017

VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (org.), **Violência, Reciprocidade e Desigualdade: uma Perspectiva Antropológica Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.